



Arco-íris entre as estantes da biblioteca pública: caminhos para pensar uma política pública cultural para população LGBTQIAPN+ do Recife**Rainbow among the public library's shelves: pathways for thinking a cultural public policy for the LGBTQIAPN+ population of Recife****Arcoíris entre las estantes de la biblioteca pública: caminos para pensar una política pública cultural para la población LGBTQIAPN+ de Recife****Arthur Henrique Feijó de Almeida**Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil <https://orcid.org/0000-0001-6025-7252> E-mail: arthur.feijo@ufpe.br**Hélio Márcio Pajeú**Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil <https://orcid.org/0000-0002-0657-1088> E-mail: helio.pajeu@ufpe.brRev. Inf. na Soc. Contemp., Natal, RN, v. 10, 2025
ISSN 2447-0198Submetido em: 29-11-2025
Reapresentado em: 28-03-2026
Aceito em: 29-03-2026DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2024v9n1>**RESUMO**

Introdução: As bibliotecas públicas devem atender um público abrangente, sem qualquer distinção de classe, gênero, raça e sexualidade; porém, grupos sociais como a população LGBTQIAPN+ não se encontram representados nesses espaços, seja por meio de acervos que nos invisibilizam ou na ausência de ações culturais que nos contemple. **Objetivo:** Esse trabalho tem como objetivo arquitetar uma política pública focada em mediações culturais voltadas à população LGBTQIAPN+ nas bibliotecas públicas do Recife. **Metodologia:** Essa pesquisa exploratória de abordagem qualitativa utilizou procedimento bibliográfico e documental para fundamentar a pesquisa. Foram realizadas entrevistas de forma presencial e on-line em 5 bibliotecas públicas localizadas na cidade do Recife. **Resultados:** Foi possível constatar, através das entrevistas, que existe uma lacuna na atuação dessas bibliotecas com a população LGBTQIAPN+. Após mapear a demanda dos profissionais e dos usuários, pudemos esquematizar ações que apontam para uma política cultural que possa preencher essa lacuna.

Conclusão: Dessa forma, a proposição apresentada nesse trabalho oferece um norte àqueles profissionais comprometidos com um futuro mais democrático e diverso.

Palavras-chave: bibliotecas públicas; população LGBTQIAPN+; políticas públicas culturais.

ABSTRACT

Introduction: Public libraries should serve a broad audience without any distinction of class, gender, race, or sexuality; however, social groups such as the LGBTQIAPN+ population are not represented in these spaces, whether through collections that render us invisible or through the absence of cultural activities that address our needs. **Objective:** This study aims to design a public policy focused on cultural mediation practices directed at the LGBTQIAPN+ population in the public libraries of Recife. **Methodology:** This exploratory research, with a qualitative approach, employed bibliographic and documentary procedures to support the investigation. Interviews were conducted both in person and online in five public libraries located in the city of Recife. Results: Through the interviews, it was possible to observe a clear gap in how these libraries engage with the LGBTQIAPN+ population. After mapping the needs of both professionals and users, we were able to outline actions that point toward a cultural policy capable of addressing this gap. **Conclusion:** Thus, the proposal presented in this study offers guidance to professionals committed to building a more democratic and diverse future.

Keywords: public libraries; LGBTQIAPN+ population; cultural public policy.

RESUMEN

Introducción: Las bibliotecas públicas deberían atender a un público amplio, sin distinciones de clase, género, raza o sexualidad; sin embargo, grupos sociales como la población LGBTQIAPN+ no se encuentran representados en estos espacios, ya sea por medio de acervos que nos invisibilizan o por la ausencia de acciones culturales que nos contemplan. **Objetivo:** Este trabajo tiene como objetivo diseñar una política pública enfocada en mediaciones culturales dirigidas a la población LGBTQIAPN+ en las bibliotecas públicas de Recife. **Metodología:** Esta investigación exploratoria, de enfoque cualitativo, utilizó procedimientos bibliográficos y documentales para fundamentar el estudio. Se realizaron entrevistas de forma presencial y en línea en cinco bibliotecas públicas ubicadas en la ciudad de Recife. Resultados: A través de las entrevistas, fue posible constatar que existe una brecha en la actuación de estas bibliotecas con respecto a la población LGBTQIAPN+. Tras mapear las demandas de los profesionales y de los usuarios, pudimos esquematizar acciones que apuntan hacia una política cultural capaz de llenar esta brecha. **Conclusión:** De esta manera, la propuesta presentada en este trabajo ofrece una orientación para aquellos profesionales comprometidos con un futuro más democrático y diverso.

Palabras-clave: bibliotecas públicas; población LGBTQIAPN+; política pública cultural.

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca Pública, doravante BP, desperta na maioria das pessoas a ideia de um espaço cujo acesso e uso pode ser feito por qualquer pessoa que assim o tiver interesse de

efetuar, entretanto, nem sempre essa foi a realidade. As bibliotecas públicas tiveram um processo de desenvolvimento e transformação ao longo do tempo. Porém, mesmo quando os documentos saíram do domínio da Igreja Católica, as bibliotecas ainda não eram de fato públicas, sendo um dos equipamentos culturais mais numerosos em solo brasileiro — segundo dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, em 2020 o Brasil contava com 5.923 BP (Carranço, 2022). Lessa (2021, p. 18) aponta que até o século XVIII,

a ideia de biblioteca ‘pública’ se estendia na Europa como um equipamento intelectual que servia aos estudiosos como um espaço de leitura, recepção, apropriação e aquisição de conhecimento. Contudo, mesmo com esta configuração, o conceito de biblioteca pública excluía o acesso indiscriminado para todos os cidadãos.

Segundo o documento da Fundação da Biblioteca Nacional (FBN), a BP pode ser caracterizada por três aspectos: a) público a que se destina, sendo este todos os grupos de sujeitos, independente de religião, sexo, cor ou orientação; b) abrangência do acervo, deve incluir materiais relevantes para seus usuários reais e potenciais, além de documentos técnicos, em uma ampla variedade; c) ser mantida pelo poder público, independente da esfera (municipal, federal ou estadual) (Fundação da Biblioteca Nacional, 2010). Para a FBN, a BP é “um elo entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e o recurso informacional que nela se encontra organizado e à sua disposição” (Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 18), ecoando a concepção da IFLA que a função da BP é a de “fornecer acesso universal a informações e permitir que todas as pessoas possam fazer uso significativo da informação” (IFLA, 2022, p. 1).

Quando consideramos a abrangência de públicos a que a BP se destina a atender de maneira indiscriminada e a crescente marginalização de sujeitos resultante do capitalismo, não podemos deixar de nos perguntar se seria a BP a utopia materializada da igualdade social, passando despercebida pela grande população vidrada em suas telas, como um nirvana que está lá e não conseguiríamos enxergar nem que o posicionassem a um palmo de nossos rostos.

Para Almeida Júnior e Rabello (2025), as bibliotecas e as pessoas bibliotecárias são, ainda hoje, alvos de desentendimentos quanto ao seu trabalho e seu público usuário. Para os autores, “a preservação do conhecimento da elite, que arbitrariamente se impõe a outras formas de saber” e “a dissociação entre as necessidades, interesses e desejos das informações demandadas pelos usuários e as disponíveis (armazenadas nos acervos de forma física ou não)

para atendê-las” (Almeida Júnior; Rabello, 2025, p. 4) são alguns fatores que podem levar a população a não se enxergar nesses espaços.

Quando, entre os públicos que deveriam ser atendidos pela BP, observamos o recorte da população formada por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transsexuais, *queers*, intersexo, pansexuais, não-binárias e outras expressões de gênero e sexualidade que desafiam a heteronormatividade – abarcada sobre a sigla guarda-chuva LGBTQIAPN+ – nos equipamentos culturais, temos um vislumbre do que argumenta Foucault (1999). Para o autor, o capitalismo resultou numa agrupação dos indivíduos através da afinidade entre as suas práticas sexuais e performances de gênero – entendida como a heteronormatividade — e, dessa forma, aqueles que não se encaixam nas práticas socialmente aceitas (heterossexuais) são automaticamente excluídos, dando base para um tripé entre sexualidade, gênero e poder. Além do evidente preconceito, manifestado na forma da LGBTQIAPNfobia, a população LGBTQIAPN+ ainda enfrenta empecilhos para a prática cidadã e democrática devido a um apoio insuficiente do Estado na luta pela inclusão desses sujeitos (Facchini; França, 2020).

Evidentemente, essas mazelas são resultados de anos de uma estrutura cultural essencialmente heteronormativa e a modificação de uma cultura não acontece com celeridade, porém, uma década atrás Colling (2015, p. 239) já argumentava que o movimento LGBTQIAPN+ precisava investir em “ações que promovam o respeito às diferenças de gênero e sexualidade através do campo da cultura”, pois através dessas ações, efetivadas por intermédio de políticas públicas, seria possível mudar a cultura local para ser mais receptiva às diferenças. Considerando o seu papel social, seriam as BP aliadas nessa batalha em busca de um mundo mais justo e inclusivo para esses grupos?

Partindo da hipótese de que existe uma insuficiência de políticas culturais voltadas à população LGBTQIAPN+ surgem os seguintes questionamentos: as bibliotecas públicas da cidade do Recife conseguem atender às demandas informacionais da população LGBTQIAPN+? Partindo do pressuposto de que a atuação é insuficiente, quais diretrizes podem ser adotadas para a estruturação de uma política cultural visando fortalecer a atuação dessas bibliotecas frente às necessidades informacionais da população LGBTQIAPN+? Assim, o objetivo geral traçado para o presente trabalho foi o de arquitetar uma política pública focada em mediações culturais voltadas à população LGBTQIAPN+ nas bibliotecas públicas do Recife.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

As políticas públicas são uma subárea da Ciência Política e que se consolidou como disciplina acadêmica nos Estados Unidos durante o século XX. O estudo das políticas públicas já era comum na Europa, contudo o foco era sobre o papel do Estado e do governo; quando esta disciplina começa a tomar forma entre os cientistas norte-americanos, são as ações do governo que são objeto de estudos dos mesmos, partindo do pressuposto que “em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes” (Souza, 2006, p. 21).

Infelizmente, quando falamos de políticas públicas para as BPs no Brasil, o que temos é um cenário fértil com iniciativas que, ainda que válidas e de suma importância, são insuficientes em contemplar as mais variadas facetas de atuação desses equipamentos culturais. Segundo Machado (2010, p. 94), “o discurso político sempre defendeu e ressaltou a importância das bibliotecas públicas, mas, na prática, pouco foi feito para apoiar efetivamente estas instituições”.

Rocha e Oliveira (2019) conduzem um excelente resgate histórico das políticas públicas para bibliotecas no Brasil, desde meados de 1930 até 2018. Foram identificadas 13 políticas públicas voltadas às BPs em mais de 80 anos. Todas elas, voltadas à promoção do livro e da leitura, incapazes de dissociar esse equipamento cultural desses signos — que, reforçamos, são importantes, mas não contemplam a BP em sua totalidade. É interessante notar que 6 dessas políticas foram instituídas durante o primeiro e segundo mandatos do presidente reeleito em 2022 Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sendo este o governo que mais implementou políticas voltadas às BP.

Machado (2010) ressalta que as políticas públicas para as BPs foram criadas sob um viés tecnicista e elitista com propostas uniformes para facilitar o tratamento administrativo. As políticas públicas existentes são escassas e não dão conta de contemplar a BP enquanto um equipamento cultural multifacetado. Rubim (2007b, p. 13) afirma que “falar em políticas culturais implica, dentre outros requisitos, pelo menos: intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas”. O autor considera como dimensões essenciais para as políticas culturais: a noção de política; o conceito de cultura; a elucidação dos públicos pretendidos (Rubim, 2007a).

Para Botelho (2001, p. 74), as políticas culturais abarcam a cultura sob duas dimensões: antropológica e sociológica. Na primeira delas “a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”, enquanto na sociológica a cultura se constitui no âmbito especializado, sendo “uma produção elaborada com a intenção implícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão”.

Com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, feita pela ONU em 1948, os movimentos sociais que lutavam por ideais individuais e coletivos de grupos que eram historicamente oprimidos ganharam respaldo e força para continuar ou até mesmo consolidar a sua luta, como é o caso do movimento feminista, do movimento negro e posteriormente do movimento LGBTQIAPN+ — este último com grande contribuição de pautas trazidas pelo movimento feminista. Segundo Pajeú e Almeida (2021), o movimento feminista ganha força na década de 1970 e traz para a discussão a partir de autores como Simone de Beauvoir o conceito de gênero enquanto construção social fruto de um processo cultural.

Foram as discussões acerca dos papéis de gênero e sexualidade, sobre o que significa ser homem ou mulher à parte de cromossomos e características biológicas, que possibilitaram aos cientistas sociais discorrerem sobre como esses papéis influenciam na visão cultural de sexualidade. A heteronormatividade tão cultuada através do mundo reforça que existe um comportamento ideal de gênero – cisgênero, homens viris e mulheres afeminadas – e sexualidade – heterossexual, monogâmico, virgem até o casamento –, cabendo àqueles que não correspondem a essas expectativas a categoria de desviante das normas. Para estes, fica relegado um lugar de opressão, mas também de fetichização, já que o Brasil, por exemplo, figura em 2024 como o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo pelo 16º ano consecutivo, e é também um dos países que mais consome conteúdo pornográfico protagonizado por esses corpos (Benevides; ANTRA, 2025).

Quando centros de informação e cultura, como bibliotecas, teatros, museus e arquivos, desinformam sobre tópicos que são pertinentes à população LGBTQIAPN+ temos um retrato, falsamente sutil, do que é a censura em sua prática, atrelada no imaginário popular a um passado recente, como a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ou, particularmente aos brasileiros, a Ditadura Militar (1964-1985). Infelizmente, práticas

evidentes de censura podem ser observadas mesmo agora, afirmam Pajeú e Cavalcanti (2022), como o caso do catálogo do *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira* em 2017, cuja produção e distribuição sofreram sabotagem da ala conservadora e religiosa do país sob acusações de apologia à pedofilia, blasfêmia e “ideologia de gênero”.

Ishimoto, Garcia e Sousa (2018), a partir do conceito de silêncio elaborado por Orlandi (2007), reiteram a ausência de material voltado aos sujeitos LGBTQIAPN+ em bibliotecas como atos de censura que silenciam vozes, narrativas e possibilidades daqueles que não se encaixam na matriz heterossexual, garantindo a perpetuação do “normal” em contraponto ao “desviante”. Para Orlandi (2007), o silêncio não é apenas aquilo que não é pronunciado, mas também o eco presente no silêncio em si. Se o silêncio é instaurado, se dissemina o discurso de que aquilo é silenciado porque não tem valor e, sendo assim, precisa ser apagado, jogado embaixo do tapete e deve cair em ostracismo. A censura do próprio direito de ser.

Sendo assim, pensando na BP como um espaço de mediação cultural que visa garantir o gozo dos direitos culturais e a participação na vida cultural da sociedade, é evidente que as políticas públicas existentes para esses espaços não dão conta de abarcar sua atuação e papel social tão potentes na contemporaneidade. Tendo em vista essa defasagem, as políticas culturais, uma vez que contam com a participação de atores político-sociais, ainda que não dissociados das estruturas culturais de poder e opressão, representam uma das soluções mais viáveis para fortalecer a atuação de uma BP contemporânea que foque na alteridade, na diferença e na diversidade de públicos. A formulação de políticas culturais pode ser um fator decisivo na consolidação de ações que busquem lutar contra a discriminação, o preconceito e a marginalização de grupo sociais, entre eles a população LGBTQIAPN+.

Acreditamos que a mediação cultural, enquanto força de ação política, é essencial para contribuir na luta das políticas públicas culturais no âmbito das bibliotecas. Para isso, é necessária articulação entre pessoas bibliotecárias e outros profissionais da cultura, bem como resiliência para continuar lutando apesar dos escassos recursos financeiros e baixa adesão das instituições mantenedoras nos movimentos sociais.

Uma vez que Lima (2016, p. 34) lança luz sobre a “centralidade da cultura nos processos e nas relações sociais que envolvem a informação e a comunicação”, ecoamos seu entendimento de que a mediação cultural visa proporcionar as condições para que os sujeitos envolvidos no processo sejam capazes de se apropriar dos meios para (re/des)construir os finais possíveis (Lima; Perrotti, 2016). Logo, partindo da visão de que a mediação cultural

compreende “os processos sociais, culturais, artísticos e informacionais, cuja interação com as pessoas pode promover significado e sentido à realidade a partir de um conjunto de atividades pensadas e construídas de maneira coletiva” (Lipinski; Cavalcante, 2025, p. 7), importa frisar que este termo guarda-chuva acaba abarcando alguns outros, a saber:

- a) a ação cultural: “nada mais é do que o conjunto de ações desenvolvidas com o objetivo de criar condições de interação aos usuários e visitantes ao acervo da biblioteca bem como o acesso as informações culturais” (Andretti; Calegari; Machado, 2008, p. 192). Ex.: contação de histórias, mediação de leitura, clubes de leitura, palestras, etc.;
- b) a animação cultural: “conceituada como atividades que têm por razão fomentar produtos culturais como mercadoria cujo valores vindos de fora são introjetados naquele contexto como pertencentes àquela cultura” (Sanchez; Rio, 2010, p. 119). Ex.: exposições, lançamentos de livros, apresentações teatrais, decoração temática, encontro entre autores e leitores, etc.;
- c) fabricação cultural: “processo com um início determinado, um fim previsto e etapas estipuladas que devem levar ao fim preestabelecido. [...] Na fabricação, o sujeito produz um objeto, assim como o marceneiro faz um pé torneado” (Coelho Netto, 1989, p. 12). Ex.: oficinas de uma maneira geral, workshops, laboratórios, etc.

Sabendo que a informação é também um objeto cultural que afeta a cultura na mesma proporção em que é afetada por ela, entendemos, que a mediação cultural se faz presente em todas as etapas das diversas tipologias de bibliotecas, da formação e desenvolvimento de coleções a pesquisas em bases de dados e mediações de informação; atividades que envolvem fabricação, ação e animação cultural são apenas outras facetas da vivência bibliotecária.

Para isso, com a persistente escassez de disciplinas que abordem a diversidade sexual e de gênero nos cursos de Biblioteconomia do Nordeste (Freires *et al.*, 2025), “torna-se imprescindível que as bibliotecas públicas possuam programas de capacitação de pessoal e incentivem seus funcionários a participarem das atividades elaboradas em prol da evolução dos serviços e produtos para o usuário” (Carvalho *et al.*, 2021, p. 7). Programas de capacitação e ciclos de formação se convertem em potentes instrumentos de inovação nos espaços das bibliotecas, podendo ser ministrados pela equipe interna ou através de parcerias institucionais com ONGs, centros de informação e até mesmo outras bibliotecas; proporcionando o intercâmbio de conhecimentos e experiências.

Silva, Vanin e Sales (2025) defendem que as bibliotecas públicas podem promover a cidadania LGBTQIAPN+ e, conseqüentemente, a justiça social apoiadas em princípios da biblioteconomia social. Para isso, os autores sugerem um conjunto de medidas que inclui, além da formação continuada em temáticas LGBTQIAPN+, parcerias institucionais e ações culturais, sociais e educativas voltadas à inclusão e diversidade:

1. Políticas de acolhimento que considerem nome social, pronomes de tratamento e espaços inclusivos;
2. Representatividade LGBTQIAPN+ através do acervo e das coleções;
3. Representatividade LGBTQIAPN+ através dos processos de organização da informação e linguagens documentárias;
4. Ações de letramento informacional em combate à desinformação sobre as questões de gênero e sexualidade;
5. Promoção de direitos através da mediação de informação ética e de qualidade;
6. Proteção de dados sigilosos e segurança da informação;
7. Construção de ambiente acolhedor por meio de informação e comunicação inclusiva;
8. Participação ativa da população LGBTQIAPN+ na construção e avaliação dos produtos e serviços da biblioteca;
9. Elaboração de uma política anticensura para nortear as demais políticas da biblioteca.

A construção de medidas como as propostas pelos autores deve ser coletiva e aberta à comunidade de pessoas usuárias da informação, principalmente se membros da população LGBTQIAPN+. Estudos de usuários podem contribuir para isso. Como ratificam Nascimento, Mata e Pereira (2021) os estudos de usuários são importantes para a população LGBTQIAPN+ por considerar as necessidades informacionais moldadas por diferentes contextos e as interações coletivas mediadas pelos contextos socioculturais, por vezes dando voz a quem é sistematicamente silenciado. Essas são algumas questões que precisam ser consideradas quando pensarmos em políticas públicas para a população LGBTQIAPN+.

É preciso ter em mente que o processo de formulação e implementação de políticas públicas é complexo e, muitas vezes, moroso, mas se apresenta como uma alternativa à fragilidade de medidas internas que podem ser mais facilmente descontinuadas por falta de interesse ou pressão de setores conservadores da sociedade. A ausência de políticas públicas

culturais para as BPs requer da pessoa bibliotecária compromisso e criatividade para a construção de ações de mediação cultural visando a troca entre o sujeito usuário e os objetos culturais. Considerando objetos culturais como aqueles resultados dos processos culturais e dotados de valor, informação e significado para os sujeitos que os acessam, as ações de mediação cultural das BPs devem ser capazes de abarcar não apenas os livros existentes no acervo, mas os discursos circulantes no espaço da biblioteca e do contexto em que se insere.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 34), quanto à sua natureza, esta pesquisa é de natureza básica, uma vez que “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista”, neste caso, desenvolver uma arquitetura norteadora às políticas públicas culturais voltadas à população LGBTQIAPN+ nas bibliotecas públicas na capital pernambucana. A abordagem escolhida, ainda conforme os autores supracitados, é qualitativa, pois não se preocupa com aspectos que podem ser mensurados numericamente, mas com aspectos de dinâmicas sociais e “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 32).

Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser caracterizada como exploratória, uma vez que visa trazer mais atenção ao problema e construir hipóteses acerca dele (Gil, 2008). Quanto aos procedimentos, estes são, de acordo com Severino (2017, p. 93), bibliográfico, pois “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, tese, etc.” — através de pesquisas em bibliotecas setoriais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na – Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), Scielo e Base Digital de Teses e Dissertações (BDTD) sem recorte temporal — e documental, já que “não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” — realizada através do acesso às políticas públicas culturais para as bibliotecas públicas brasileiras e à documentos internos das bibliotecas escolhidas.

Para a formulação da proposta, foram entrevistados os profissionais a frente de 5 bibliotecas públicas localizadas na cidade do Recife, sendo elas:

Quadro 1 – Bibliotecas selecionadas

BIBLIOTECA	BAIRRO	ZONA
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (BPE)	Santo Amaro	Central
Biblioteca Afrânio Godoy – COMPAZ Governador Eduardo Santos	Alto da Santa Terezinha	Norte
Biblioteca Marcus Accioly – SESC Casa Amarela	Mangabeira	Nordeste
Biblioteca Jornalista Carlos Percol – COMPAZ Escritor Ariano Suassuna	Cordeiro	Oeste
Biblioteca Popular de Afogados Jornalista Ronildo Maia Leite	Afogados	Sudeste

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Para fins de ilustração, elaboramos um mapa da localização dessas bibliotecas no microcosmo recifense:

Figura 1 – Mapa das bibliotecas públicas do Recife



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Descrição: Mapa digital ilustrado da cidade do Recife, em vista aérea e estilo semelhante ao Google Maps, apresentando a malha urbana, cursos d'água e a faixa litorânea à direita, em tons de azul. Sobre o mapa, cinco ícones em formato de casa com um livro aberto indicam a localização de bibliotecas públicas distribuídas em diferentes regiões da cidade (norte, centro, oeste e sul). Os marcadores possuem cores distintas e correspondem à legenda posicionada no canto inferior direito, que identifica as seguintes unidades: Biblioteca Afrânio Godoy (azul claro), Biblioteca Marcus Accioly (vermelho), Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (amarelo), Biblioteca Jornalista Carlos Percol (branco) e Biblioteca Popular de Afogados Jornalista Ronildo Maia Leite (lilás). A imagem permite compreender a distribuição espacial dessas bibliotecas no território urbano.

A escolha das bibliotecas se deu pelas zonas em que se encontravam, a fim de abarcar a diversidade existente na capital pernambucana. Infelizmente, no momento de realização do estudo as zonas Sul e Leste não contavam com BPs. O roteiro da entrevista foi formado por

13 perguntas que buscaram verificar se questões relacionadas à população LGBTQIAPN+ — como, entre outras coisas, a representatividade desses sujeitos na coleções das bibliotecas; a realização de atividades tendo essas pessoas como público alvo; atenção às questões infraestruturais, burocráticas e institucionais que podem afetar diretamente pessoas LGBTQIAPN+, como banheiros seguindo a lógica binária de gênero e adoção do nome social, mesmo que não ratificado em documento — como estão sendo abordadas nas bibliotecas públicas do Recife e, caso sim, de que forma; bem como coletar a opinião desses profissionais sobre a ausência de legislações pensadas para assegurar que temáticas afins à população LGBTQIAPN+ sejam tratadas nos espaços das BP. Com essas entrevistas, buscou-se identificar uma possível demanda por parte da classe bibliotecária pela criação de políticas culturais para a realização de ações voltadas à população LGBTQIAPN+ nas bibliotecas públicas do Recife.

Para a análise das entrevistas, utilizou-se a Análise de Conteúdo, definida por Laurence Bardin como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2016, p. 44). As entrevistas foram realizadas de forma presencial e on-line durante o segundo semestre de 2022. O roteiro das entrevistas se encontra no apêndice da dissertação disponível no repositório institucional da UFPE (Almeida, 2023)¹.

A análise foi realizada em três etapas: i) pré-análise, com leitura flutuante das transcrições das entrevistas; ii) exploração do material, na qual foram identificadas e codificadas unidades de registro; iii) tratamento dos resultados, com a organização das unidades em categorias temáticas. As categorias foram construídas a partir dos dados empíricos, evidenciando aspectos como o acolhimento, representatividade e acesso. A partir dessas categorias, foi possível identificar padrões e demandas recorrentes, que subsidiaram a elaboração de diretrizes para políticas culturais voltadas à população LGBTQIAPN+ no contexto das bibliotecas públicas.

A elaboração das diretrizes constituiu uma etapa analítica subsequente, fundamentada nos resultados da Análise de Conteúdo. As categorias temáticas identificadas foram interpretadas à luz do referencial teórico adotado, possibilitando a construção de diretrizes organizadas em eixos temáticos. Esses eixos foram definidos a partir da articulação entre os dados empíricos — especialmente a recorrência e evidência de determinados temas

¹ Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49567>. Acesso em: 9 mar. 2026.

nas falas das pessoas entrevistadas — e os aportes teóricos mobilizados no estudo. Como critério de seleção, priorizaram-se os elementos que se apresentaram de forma mais consistente e reiterada nas entrevistas, entendidos como indicativos de demandas e lacunas relevantes no contexto das bibliotecas públicas. Dessa forma, as diretrizes propostas buscam refletir tanto a experiência dos sujeitos quanto os princípios teóricos que orientam a discussão sobre mediação da informação e inclusão da população LGBTQIAPN+.

4 RESULTADOS

A partir do resultado das entrevistas, buscou-se modular diretrizes que possam nortear um trabalho mais inclusivo das BP do Recife para a discussão das questões de gênero, sexualidade e temáticas transversais à população LGBTQIAPN+ e suas demandas informacionais. Partindo dessas entrevistas, pôde-se observar uma lacuna na formação acadêmica dos profissionais que atuam nesses espaços, refletindo como a heteronormatividade atua dentro dos ambientes educacionais, ratificando a necessidade de fortalecer as parcerias com instituições que embasam o trabalho direcionado aos corpos dissidentes.

A ausência de atividades voltadas para as questões de gênero e sexualidade nas bibliotecas entrevistadas evidencia a urgência dessa discussão. Ainda que as pessoas entrevistadas não tenham enunciado as sugestões aqui apresentadas, os discursos que circularam durante as entrevistas foram essenciais para compreender o cenário atual das BPs recifenses, bem como as demandas das pessoas usuárias e gestoras. Dessa forma, as ações que poderiam compor uma política pública cultural para os sujeitos LGBTQIAPN+ nas BPs se apresentam da seguinte maneira:

4.1 MISSÃO

Estas diretrizes têm por missão fortalecer as bibliotecas públicas da cidade do Recife como espaços de produção, fomento e acolhimento às questões de gênero e sexualidade, considerando as demandas informacionais da população LGBTQIAPN+ e a promoção de cultura e informação como instrumento de combate aos índices de violência física, estrutural e simbólica que aflige esses sujeitos.

4.2 PROPOSTAS DE AÇÕES PARA A BIBLIOTECA

Entende-se, para que as bibliotecas atuem almejando cumprimento da missão dessa política, a necessidade de ações internas, para os funcionários desses espaços, e externas, para seus usuários.

4.2.1 Ações internas

Esse conjunto de ações foca no funcionamento interno da instituição, sua infraestrutura e corpo de pessoas colaboradoras, considerando que mudanças internas impactam direta e indiretamente em serviços e produtos ofertados às pessoas usuárias.

4.2.1.1 Banheiros

Os banheiros dessas bibliotecas devem configurar-se como espaços seguros para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero e/ou sexualidade, e isso precisa estar sinalizado, preferencialmente nas portas. Recomenda-se que os banheiros sejam destinados a todos os gêneros. Caso seja do interesse da instituição mantê-los separados por gênero, devem conter sinalização de que aqueles banheiros são para todos que se identificam como o gênero em questão, sem distinção de raça, gênero, classe, sexualidade ou qualquer marcador social, a fim de representar a inclusão desses espaços.

4.2.1.2 Ciclos de formação

É preciso que os profissionais atuantes nessas bibliotecas, desde gestores até serviços gerais, estejam a par dos debates e avanços sociais englobados nas questões de gênero e sexualidade, e assim idealizamos algumas atividades de formação, a seguir:

- a) **Não passarão!:** formação para abordar as lutas pelos direitos das mulheres e a importância das ações das feministas para a conquista desses direitos, reforçando atitudes hoje entendidas como machistas, mas que foram naturalizadas e estão enraizadas na sociedade há muito tempo. Tópicos como estupro conjugal, violência sexual e machismo estrutural fazem parte do rol de possíveis assuntos para a atividade;

- b) **Sopa de letrinhas:** formação visando esclarecer as diferenças entre gênero e sexualidade, abordando o entendimento de cada letra da comunidade LGBTQIAPN+ e o quão importante é que nenhuma letra seja apagada em detrimento de outra nas atividades e ações diárias da biblioteca;
- c) **Todo herói usa capa:** formação destinada à conscientização sobre a importância do uso de preservativo nas relações sexuais e outras formas de evitar infecções sexualmente transmissíveis, evidenciando a epidemia de AIDS enfrentada por pessoas desviantes da norma heterossexual no Brasil e no mundo a partir da década de 1980;
- d) **Nome morto, pessoa viva:** formação focada nos direitos das pessoas trans e travestis, a importância do uso do nome social e constrangimento resultado do nome de registro e do uso dos pronomes incorretos. É importante reforçar que pessoas não-binárias também fazem parte da comunidade trans e a melhor forma de lidar com elas, tendo em vista que algumas preferem que seja usado apenas um pronome, outras os dois e ainda quem prefira que seja usado o pronome neutro;
- e) **Mediar para aproximar:** formação destinada às pessoas bibliotecárias, psicopedagogos, arte-educadores e mediadores de leitura visando apropriação da literatura LGBTQIAPN+, seja ela visada ao público infanto-juvenil ou adulto, para realização de mediações de leitura dentro dessa temática como atividades da biblioteca.

Os ciclos de formação são destinados à equipe das bibliotecas, podendo ser abertos ao público externo a depender da demanda e da capacidade infraestrutural da instituição. Considerando possíveis questões financeiras, os ciclos de formação podem ser realizados através de parcerias com outras instituições recifenses e brasileiras (Ver tópico 4.3 Potenciais Parceiros).

4.2.1.3 Estudos de usuários

Os estudos de usuários são parte fundamental para a atuação da biblioteca quanto às questões de gênero e sexualidade, pois através dele é possível conhecer seu público e suas demandas informacionais. Os estudos de usuários nos permitem, além de mapear as necessidades informacionais dos sujeitos, “examinar seus comportamentos de busca de

informação e analisar suas condutas informativas e motivações nesse processo [...] possibilitando, assim, prevenir demandas ou modificar serviços e produtos, adequando-os a uma nova realidade” (Cunha; Amaral; Dantas, 2015, p. 53). Para tanto, recomenda-se que sejam realizados questionários contendo campos para o usuário, caso deseje, assinalar sua identidade de gênero e sexualidade. É preciso que esse questionário abarque desde o acervo da biblioteca, aos serviços ofertados e tratamento dos funcionários. Recomenda-se também a criação de fóruns abertos onde usuários, funcionários e gestores poderiam debater abertamente sobre as demandas, serviços e atividades da instituição, promovendo um espaço seguro para diálogos e melhorias.

4.2.2 Serviços para usuários

Esse conjunto de ações tem como prioridade os serviços e produtos ofertados às pessoas usuárias, considerando que sua realização deriva de ações estratégicas tomadas no contexto interno.

4.2.2.1 Uso do nome social

O uso do nome social em órgãos públicos é direito de pessoas trans e travestis segundo o decreto 8.727 de 27 de abril de 2016 e, como tal, precisa ser respeitado (Brasil, 2016). O nome social deve ser ofertado em todos os serviços da biblioteca que envolvem inscrição, seja para consulta e empréstimo do acervo, acesso aos equipamentos ou atividades de mediação cultural. O uso dos pronomes deve ser igualmente respeitado. Em casos em que a pessoa trans e travesti não possua o nome retificado em seus documentos, a biblioteca em seu papel de oferta e uso social da informação, deve orientar o usuário no processo de emissão desses documentos.

4.2.2.2 Acervo

Temáticas relativas às questões de gênero e sexualidade devem compor o acervo da biblioteca, desde obras de literatura, ciências sociais, artes, saúde e medicina, independente do suporte, sejam livros, cartilhas, folders, CDs ou DVDs. Recomenda-se que, a cada aquisição

feita por compra da instituição, haja reserva significativa para que o material selecionado contemple temáticas relacionados à população LGBTQIAPN+. O material precisa ser atualizado e estar alinhado à Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções da biblioteca.

4.2.2.3 Mediação cultural

Elaboradas através do conceito de mediação cultural, termo guarda-chuva que abarca as práticas de ação, animação e fabricação cultural, as propostas a seguir buscam nortear as atividades da biblioteca, sugerindo que essas mediações façam parte do calendário desses espaços e aconteçam durante todo o ano, ganhando maior intensidade com a proximidade de datas temáticas às discussões:

Quadro 2 – Propostas de mediações culturais

AÇÃO	DESCRIÇÃO
Palestras	Abordando gênero, sexualidade, direitos das mulheres, direitos LGBTQIAPN+, violência sexual, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), economia criativa para população LGBTQIAPN+, etc.
Mediação de leitura	Livros infantis para abordar questões não heteronormativas para crianças, envolvendo casais homoafetivos ou pessoas que não se identificam com o sexo biológico, livros que contenham releitura de contos de fadas que coloquem mulheres em posição de poder, livros visando a conscientização de crianças sobre educação sexual, etc.
Aquisição e curadoria de livros	Livros escritos por e para mulheres; escritos por e para sujeitos LGBTQIAPN+, biografias de pessoas importantes para o movimento feminista e LGBTQIAPN+, livros sobre os papéis de gênero; livros de educação sexual, tais como ISTs e violência sexual, etc.
Exibição de curtas e longas metragens	Filmes produzidos por e para mulheres; filmes produzidos por e para pessoas LGBTQIAPN+, documentários sobre o movimento feminista e movimento LGBTQIAPN+, cinebiografias de mulheres e sujeitos LGBTQIAPN+, animações infantis com personagens <i>queers</i> , etc.
Jogos recreativos	Jogos para conscientizar sobre atitudes machistas, dinâmica de conscientização sobre assédio sexual, jogos visando questionar papéis de gênero, recreação envolvendo materiais com mulheres em posição de protagonismo, etc.
Oficinas	Oficina de escrita literária, oficina de maquiagem para drag queens, oficina de elaboração de currículo visando inserir mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho, oficina de arte <i>queer</i> , oficina de encadernação de material sobre gênero e sexualidade, etc.
Apresentações culturais	Peças teatrais com protagonistas LGBTQIAPN+, apresentações artísticas de ONGs que trabalham com acolhimento de grupos marginalizados, apresentação musical de corais formados por mulheres e/ou sujeitos

AÇÃO	DESCRIÇÃO
	LGBTQIAPN+, apresentações artísticas voltadas à cultura LGBTQIAPN+, como vogue e <i>drag queens</i> , etc.
Murais	Sobre os direitos da população transsexual em 29 de janeiro devido ao Dia Nacional da Visibilidade Trans;
	Mural temático em 08 de março sobre o Dia Internacional das Mulheres;
	Mural temático sobre personalidades LGBTQIAPN+ durante o mês de junho, conhecido como mês do orgulho LGBTQIAPN+;
	Mural temático em 28 de junho sobre o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+;
	Mural com temática sáfica em 29 de agosto sobre o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica;
	Mural temático sobre escritores bissexuais no Dia da Visibilidade Bissexual, comemorado em 23 de setembro.
Rodas de conversa	Bate-papo sobre gênero e sexualidade, roda de diálogo sobre respeito à diversidade com base na DUDH, bate-papo sobre a importância dos movimentos sociais para os direitos das mulheres, conversa sobre a importância da prevenção e testagem de ISTs, etc.
Clubes de leitura	Voltados à literatura LGBTQIAPN+, clubes de leitura com obras feministas, clube de leitura voltado à antropologia de gênero e sexualidade visando aproximar o público acadêmico desses espaços públicos, clubes de leitura para pais e responsáveis de sujeitos LGBTQIAPN+, etc.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

4.3 POTENCIAIS PARCEIROS

A articulação com parceiros é fundamental para fortalecer o trabalho à população LGBTQIAPN+ nas bibliotecas públicas de Recife. Dessa forma, estão aqui listados possíveis parceiros que atuantes na cidade do Recife que podem colaborar com as instituições, tanto para os ciclos de formação quanto para os serviços prestados aos usuários dessas bibliotecas:

- a) **Centro de Referência Clarice Lispector da Prefeitura do Recife:** Local de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica e/ou sexista. Oferece, além de atendimento jurídico e psicológico às vítimas, atividades voltadas aos filhos e filhas de mulheres atendidas.

Logradouro: Rua Doutor Silva Ferreira, 122, Santo Amaro – Recife.

Contato: (81) 3355-3008; (81) 3355-3009; (81) 3355-3010.

- b) **Centro de Referência em Cidadania LGBT da Prefeitura do Recife:** Local de acolhimento e atendimento à população LGBTQIAPN+, prestando serviços de atendimento jurídico, psicológico e assistencial, com foco nas vítimas de violência.

Logradouro: Rua dos Médicos, 86, Boa Vista – Recife.

Contato: (81) 3231-1553.

- c) **Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT:** Responsável por promover a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Estado de Pernambuco. O Comitê trabalha em rede e oferece, entre outros serviços, acompanhamento e orientação às pessoas trans em processo de reafirmação de gênero, serviço ambulatorial para pessoas LGBTQIAPN+ e centros de acolhimento. Logradouro: Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bongi – Recife.

Contato: lgtsespe@gmail.com; (81) 3184-0436.

- d) **Instituto Boa Vista:** ONG atuante nas questões relacionadas aos Direitos Humanos e às pautas socioambientais. O Instituto oferece assistência jurídica, social e psicológica e fomenta ações em prol da economia cultural, do envelhecimento saudável e combate ao etarismo, saúde e empregabilidade da população LGBTQIAPN+ recifense.

Logradouro: Rua das Ninfas, 84A, Soledade – Recife.

Contato: (81) 3072-9799; (81) 9893-8941.

- e) **Leões do Norte:** ONG atuante no combate à violência e na promoção de políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+. Oferecem serviços de acolhimento e aconselhamento jurídico, além de promoverem oficinas, palestras e cursos de formação. São os responsáveis pelo aplicativo Rugido, destinado a facilitar as denúncias e acompanhamentos de casos de LGBTQIAPfobia.

Contato: Instagram @leoesdonortelgbt.

- f) **Núcleo de Políticas LGBT da UFPE:** Responsável pelo planejamento e implementação de ações afirmativas, assim como elaboração e divulgação de materiais, visando o acolhimento, acompanhamento e permanência da população LGBTQIAPN+.

Logradouro: Av. Economistas, 09, Cidade Universitária – Recife.

Contato: nucleo.lgbt@ufpe.br; (81) 2126-3101.

- g) **SOS Corpo — Instituto Feminista para a Democracia:** ONG fundada na década de 80 visando lutar contra o racismo, a pobreza e a LGBTQIAPNfobia a fim de mobilizar e organizar politicamente as mulheres em prol de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. A organização promove cursos, palestras, publicações de

revistas, artigos e livros com escritos feministas, além de apoiar financeiramente coletivos femininos.

Logradouro: Rua Real da Torre, 593, Madalena – Recife.

Contato: sos@socorpo.org.br; comunicacao@soscorpo.org.br; (81) 3087-2086.

- h) **TODXS:** Organização sem fins lucrativos que atua em todo o Brasil buscando promover a inclusão de sujeitos LGBTQIAPN+ através de oficinas, treinamentos, serviços de consultoria, feiras para discussão de pautas relativas a gênero e sexualidade. Além dos serviços ofertados, a TODXS conta com uma biblioteca on-line onde é possível baixar gratuitamente calendário anual com pautas para a diversidade, cartilhas sobre letramento racial e direitos LGBTQIAPN+, guias, mapeamento de violência de gênero, etc.

Contato: contato@todxs.org.

A lista de parceiros precisa ser revisada em toda avaliação periódica, visando acompanhar possíveis mudanças de contato e logradouro, além da inclusão de novas instituições parceiras.

4.4 AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Considerando que avaliações “podem ser aplicadas em qualquer momento do ciclo pelos implementadores da política ou por meio de pesquisa acadêmica orientada pelo rigor metodológico e capacidade inovativa dos seus investigadores” (Silva; Silva, 2023, p. 422), a avaliação deve ser realizada em curto prazo, estabelecida a periodicidade de 1 ano para a avaliação, podendo acontecer a cada 6 meses caso haja necessidade. Entrando em contato com as bibliotecas públicas localizadas à cidade do Recife, a política deve ser avaliada com base em:

- a) adesão dos funcionários aos ciclos de formação;
- b) melhorias físicas e estruturais das instituições;
- c) adesão do público aos serviços oferecidos;
- d) parcerias estabelecidas entre as bibliotecas e instituições externas;
- e) participação efetiva no debate e discussão das políticas culturais, incluindo participação nos Fóruns de Cultura e compondo os Conselhos Municipais de Cultura para contribuir na formulação e implementação do Plano Municipal de Cultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o estudo, pudemos observar que a função social da BP tem encontrado dificuldade em sair do papel. Mesmo sendo o equipamento cultural de maior número no Brasil atual, a BP enfrenta, além do óbvio descaso, sucateamento e deliberada sabotagem por parte dos governantes, percalços para realizar uma atuação menos passiva na sociedade. Ainda que esses espaços tenham passado por mudanças ao longo dos séculos, visando democratizar a leitura, o acesso à informação e aos bens culturais, eles ainda funcionam como aparelhos ideológicos do Estado, proporcionando serviços, atividades e materiais àqueles que já possuem suas parcelas de privilégio na sociedade.

Infelizmente, os sujeitos desviantes da norma heterossexual enfrentam um conjunto de violências, desde simbólica à física, que dificulta sua participação ativa na democracia e uma prática plena da cidadania. A luta organizada dessa população tem encontrado vitórias em diversos âmbitos, como a revogação das práticas de “cura gay”, na promoção das cirurgias de redesignação sexual pelo SUS, no combate à desinformação sobre ISTs, o direito à união estável, na criminalização da LGBTQIAPNfobia, entre outros, mas a população LGBTQIAPN+ ainda não se encontra presente nos serviços ofertados por espaços culturais, como o caso das BP do Recife.

As BP possuem a potência de desestabilizar os paradigmas sociais, mas parecem escolher a omissão em prol de um utópico acesso universal, generalista, mas que acaba por sua vez apagando vivências, abafando demandas e silenciando vozes em fundos de armários. As narrativas homogêneas presentes nas estantes e nas ações desses espaços perpetuam sistemas de opressão responsáveis pelos altos índices de violência e baixa participação cidadã de pessoas LGBTQIAPN+.

Assim como a BP, a população LGBTQIAPN+, mesmo com todos os movimentos organizados e conquistas alcançadas, continua esbarrando no conservadorismo crescente no Brasil e no mundo para efetivar políticas públicas culturais que se convertam em instrumentos de inclusão, participação política e social de sujeitos postos à margem. Recorrer a políticas culturais é viabilizar que a cultura seja vista como um direito de todos e não de uma suposta elite cultural que visa manter uma superestrutura que privilegia uns e mata outros.

De fato, há uma insuficiência das políticas culturais para a comunidade LGBTQIAPN+ nas BP e a partir da coleta de dados feita nas BP localizadas em regiões distintas da cidade do

Recife pudemos observar um trabalho visando às questões de gênero e sexualidade ainda ínfimos e que não dá conta de abarcar a diversidade de camadas e subjetividades presentes na temática. As atividades de mediação cultural nesse sentido são pontuais e parecem existir mais por uma demanda dos usuários do que da própria força de vontade daqueles responsáveis por esses espaços.

A criação de uma política cultural para a população LGBTQIAPN+ nas BP é a garantia de que esses equipamentos sejam espaços seguros para lidar com as demandas informacionais e culturais desses sujeitos, indo de não-público para usuários reais. É necessário que essa política cultural, diferente de outras, consiga ir além de estantes e armários. Ela precisa ir do acervo às instalações, do atendimento às práticas de mediação cultural, evidenciando a atuação da biblioteca no combate à heteronormatividade e na celebração da diversidade sexual e de gênero. Tendo respondido à pergunta e atendido ao objetivo desse trabalho, propomos para pesquisas futuras a implementação das diretrizes elaboradas em alguma unidade de informação – preferencialmente biblioteca(s) pública(s) considerando a coleta de dados que levou a sua existência – a fim de investigar sua aplicabilidade, efetividade e possíveis melhorias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; RABELLO, Rodrigo. Invisibilidade: característica do profissional da informação e dos equipamentos informacionais. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Mendellín, v. 48, n. 3, e360064, p. 1-15. sept./dic. 2025. DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.rib.v48n3e360064>. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/360064>. Acesso em: 9 mar. 2026.

ALMEIDA, Arthur Henrique Feijó de. **Entre estantes e armários**: políticas culturais e demandas informacionais da população LGBTQIAP+ nas bibliotecas públicas de Recife. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49567>. Acesso em: 9 mar. 2026.

ANDRETTI, Cristiane Regina; CALEGARO, Édina Maria; MACHADO, Marli. Da lagarta para borboleta: ação cultural como estratégia de marketing no sistema integrado de bibliotecas da UNIVALI - SIBIUN. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 13, n. 1, p. 189-200, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/542/668>. Acesso em: 24 mar. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2026.

BENEVIDES, Bruna G.; ANTRA. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2026.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>. Disponível: <https://www.scielo.br/j/spp/a/cf96yZJdTvZbrz8pbDQnDqk/?lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 9 mar. 2026.

CARRANÇA, Thais. Brasil perdeu quase 800 bibliotecas públicas em 5 anos. **BBC News Brasil**, São Paulo, 16 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62142015>. Acesso em: 9 mar. 2026.

CARVALHO, Telma de; ARAÚJO, Sérgio Luiz Elias de; LOPES, Rafaela Ferreira; COSTA, Luani Messias da; PEREIRA, Maria Edvânia da Silva. A importância da motivação e da educação continuada na gestão e nas equipes atuantes em bibliotecas públicas de Sergipe. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, 1-18, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/353828>. Acesso em: 28 mar. 2026.

COELHO NETTO, José Teixeira. **O que é ação cultural?** São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção primeiros passos).

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre o movimento LGBT e o ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/21766/1/Que-os-outros-sejam-o-normal_RI.pdf. Acesso em: 9 mar. 2026.

CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angelica. DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREIRES, Izaias Marinho; PASSO, Leandra Alencar Soares Lima de; CHAVES, Italo Teixeira; GUERRA, Maria Áurea Montenegro Albuquerque; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de.

Diversidade sexual nas matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia: análise nas regiões Norte e Nordeste. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, Aracaju, v. 8, n. especial, p. 1-23, 2025. DOI: <https://doi.org/10.33467/conci.v8i.23712>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/23712>. Acesso em: 28 mar. 2026.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. (Documentos Técnicos; 6). Disponível em: https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica_principiosdiretrizes_edicao2.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Série educação a distância). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 28 mar. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IFLA. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. São Paulo: IFLA, 2022. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/2187>. Acesso em: 09 mar. 2026.

ISHIMOTO, Adonai Takeshi; GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. Nas estantes das bibliotecas, gêneros e silêncios. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, p. 351-366, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2217>. Acesso em: 27 mar. 2025.

LESSA, Bruna. Biblioteca pública: do conceito às políticas públicas. In: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (org.). **Para que serve a biblioteca pública?: novas configurações para o século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 15-44. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34498/3/praque-serve-a-biblioteca-publica-miolo-ri.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.

LIMA, Celly de Brito. **O bibliotecário como mediador cultural: concepções e desafios à sua formação**. 2016. 182 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26092016-145726/publico/CELLYDEBRITOLIMAVC.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2026.

LIMA, Celly de Brito; PERROTTI, Edmir. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Informação@profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p.161-180, jul./dez. 2016. Universidade Estadual de Londrina. DOI: <https://doi.org/10.5433/2317-4390.2016v5n2p161>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28319>. Acesso em: 09 mar. 2026.

LIPINSKI, Barbara; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Competência crítica em informação e mediação cultural: um estudo do Centro Integrado de Cultura de Florianópolis/SC. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 9, n. 1, p. e38126, 2025. DOI: 10.21680/2447-0198.2025v9n1ID38126. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/38126>. Acesso em: 24 mar. 2026.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Incid**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 94-111, jul. 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v1i1p94-111>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307>. Acesso em: 27 mar. 2025.

NASCIMENTO, Marcela Aguiar da Silva; MATA, Marta Leandro da; PEREIRA, Gleice. Interações sociais e rupturas observadas através dos estudos informacionais: o contexto de travestis e mulheres transexuais brasileiras. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, v. 15, e02115, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2021.v15.e02115>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8040145>. Acesso em: 28 mar. 2026.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas de silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 2007.

PAJEÚ, Hélio Márcio; ALMEIDA, Arthur Henrique Feijó. Quando as questões de gênero invadem a biblioteca escolar: proposta de calendário comemorativo da diversidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1448>. Acesso em: 27 mar. 2025.

PAJEÚ, Hélio Márcio; CAVALCANTI, Marcycleis Maria. Censura e ideologia: o caso do catálogo queermuseu. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 64, e226423, p. 1-16, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202200640023>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8670423>. Acesso em: 27 mar. 2025.

ROCHA, Eduardo Santos; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. As políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/19125>. Acesso em: 27 mar. 2025.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil : tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007b. (Coleção CULT). p. 11-36. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais: entre o possível e o impossível. **O Público e O Privado**, Ceará, v. 5, n. 9, p. 33-47, jan. 2007a. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2358/2130>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do. Mediação da informação no fazer bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v1i2p103-121>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323/45994>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, André Luiz Avelino da; VANIN, Luis Fernando; SALES, Rodrigo de. A função social das bibliotecas públicas no acesso à cidadania LGBTQIAPN+: uma leitura a partir da Biblioteconomia Social. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, Aracaju, v. 8, n. especial, p. 1-34, 2025. DOI: <https://doi.org/10.33467/conci.v8i.23677>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/23677>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SILVA, Naira Luan Sousa; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Implementação de Políticas Públicas: aspectos Teóricos e Metodológicos para a escolha de Diretrizes Avaliativas. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 27, n. 1, p. 418–436, jan./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v27n1.2023.24>. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/21853>. Acesso em: 9 mar 2026.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 27 mar. 2025.

Declaração de Contribuição dos Autores

Arthur Henrique Feijó de Almeida – Conceptualização – Curadoria de dados — Análise Formal – Investigação – Metodologia – Visualização – Escrita (rascunho original) – Escrita (análise e edição)..

Hélio Márcio Pajeú – Análise Formal – Investigação – Metodologia – Supervisão – Validação – Visualização – Escrita (análise e edição).

Como citar o artigo:

ALMEIDA, Arthur Henrique Feijó de; PAJEÚ, Hélio Márcio. Arco-íris entre as estantes da biblioteca pública: caminhos para pensar uma política pública cultural para população LGBTQIAPN+ do Recife. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, RN, v. 10, p. e42268, 2026. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2026v10n1ID42268>.

Editora de seção

Dra. Nancy Sánchez Tarragó  